

**GES  
PCP**

# O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## A luta vitoriosa dos trabalhadores da Carris CONSTITUI UM MAGNÍFICO EXEMPLO E PODEROSO INCENTIVO À LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

As apreciações que se seguem à luta da Carris, não podem deixar de ser incompletas, dada a circunstância de não serem ainda conhecidas muitas das suas experiências. O tempo relativamente curto a que nos encontramos do seu termo, assim como certas dificuldades de carácter orgânico e outras, não permitiram fazer um balanço mais aprofundado e objectivo de muitos e variadíssimos aspectos desta grandiosa luta. Este balanço deve fazer-se posteriormente.

No entanto, para já, não se pode deixar de salientar a forma superior como a luta da Carris se desenrolou, bem como a firme unidade e extraordinária combatividade que os trabalhadores revelaram durante todo o tempo que ela durou. Não pode igualmente deixar de se salientar o aumento de 20\$00 diários como algo de muito importante, não só pelo que representa em si, mas também porque um tal aumento não pode deixar de abrir novas perspectivas à luta dos trabalhadores portugueses por melhores condições de vida e contra a exploração. Por outro lado, o facto da luta se ter desenrolado na Carris, empresa chave da capital onde dominam os ingleses e o facto também de os trabalhadores

terem sabido tão inteligentemente associar a luta por aumento de salário, à luta contra os exploradores imperialistas, confere-lhe uma importância fora do comum.

Quando há mais de um ano os trabalhadores apresentaram na administração da empresa o pedido dum novo aumento de salários, fizeram-no porque o aumento alcançado no ano anterior, além de manifestamente insuficiente, tinha sido rapidamente anulado pela subida do custo de vida. As concentrações e outras acções então realizadas de apoio ao pedido feito, não bastaram para conseguir o aumento desejado. Isto porque os trabalhadores da Carris aceitando a ideia de confiar aos dirigentes sindicais a tarefa de defender as suas reivindicações esqueceram que, sendo necessário utilizar cada vez mais decididamente os sindicatos como campo de luta, nem por isso se deve confiar à orgânica sindical corporativa a solução de problemas que só através da luta nas empresas e locais de trabalho, podem ser resolvidos. Foi isto que aconteceu em 1967. Porém, é justo salientar que, pelo que ocorreu em 1968, a lição foi inteiramente aproveitada pelos trabalhadores da Carris.

### O caderno reivindicativo e a popularização das reivindicações

Para irmanar todos os trabalhadores em volta das suas reivindicações, foi elaborado um caderno reivindicativo no qual, para além do aumento diário de 25\$00, eram formuladas mais as seguintes reivindicações: dia de folga pago; subsídio de férias; 7 horas de trabalho por dia, como os graduados e pagamento do 13.º mês.

Desde meados de Maio que o caderno reivindicativo circulava entre os trabalhadores, que recorreram também às inscrições nas

paredes dentro da empresa, para melhor popularização das suas reivindicações. Além disso, circulou também na empresa a cópia duma carta enviada ao presidente do Sindicato do Pessoal dos Transportes Colectivos, em que as mesmas reivindicações eram colocadas. De salientar, que nesta carta era feito um sério apelo aos dirigentes sindicais para que não assinassem qualquer melhoria salarial sem que os trabalhadores fossem ouvidos em Assembleia Geral, o que fez com que



**Tudo o que ocorreu até à conquista da sua principal reivindicação, revela a mesma determinação por parte de todos os trabalhadores da Carris de não deixar em mãos alheias a solução dos seus problemas. A sua firmeza**

e unidade inquebrantáveis ficam como exemplo para todos os trabalhadores de Lisboa e do país. A experiência uma vez mais demonstrou que sem luta firme e organizada não há vitória digna deste nome.

### A importância da organização para a condução da luta

Conhecendo através da sua própria experiência quanta importância tem a existência duma organização para conduzir qualquer acção reivindicativa, os trabalhadores da Carris demonstraram ao longo de toda a luta, ter uma elevada compreensão deste problema. Vejamos alguns aspectos mais particulares de organização e o papel que ela representou para a conclusão vitoriosa da luta.

**Os piquetes** — Estes apareceram como é natural só na última fase da luta e tiveram papel muito importante no seu desfecho. Criados para assegurar o cumprimento das decisões colectivas, eles revelaram-se de máxima importância em cada momento que surgiam vacilações entre os trabalhadores menos confiantes ou que se atemorizavam perante as acções repressivas contra eles desencadeadas. No primeiro dia de greve a existência dos piquetes foi quase decisiva. Um cobrador que no dia 1 foi dos primeiros a sair contava: «Ja cheio de medo, ali sózinho, dos primeiros a sair. Mas ao sentir o apoio dos companheiros enchi-me de força». Nalguns casos os piquetes de greve acompanharam os primeiros carros que saíram. Caros houve em que a polícia aparecia nos carros e sob as mais variadas ameaças obrigava os condutores a pegar nas malas e alicates, mas logo a seguir aparecia um piquete que reco-

lhia as malas e alicates e tudo voltava à mesma.

**Os estafetas** — Concentrados em diversas estações que se encontram em zonas completamente diferentes da cidade, dispersos também por centenas de viaturas em circulação, residindo em zonas muito afastadas umas das outras, tornava-se um sério problema para o pessoal da Carris manter contacto entre si. O problema foi resolvido por eles mesmo com a criação de estafetas que mantinham o grosso dos trabalhadores e seus dirigentes ao corrente dos acontecimentos, independentemente de estarem ou não de serviço, podendo assim intervir em cada momento que isso se tornava necessário. Por exemplo, quando as forças repressivas apareciam numa estação a intimidar os trabalhadores a acabar com a luta porque, diziam, os seus companheiros de tal ou tal estação já haviam cedido, logo os estafetas por meios directos ou indirectos, entravam em contacto com os camaradas da estação visada e depressa se davam conta das sujas manobras utilizadas contra a sua unidade.

Vê-se, pois, que toda a luta dos trabalhadores da Carris assentou em eficientes e maleáveis formas de organização, sendo justo concluir que sem esta organização a vitória teria sido praticamente impossível.

### As concentrações, manifestações e a greve

Tendo aprendido pela sua própria experiência quanto a defensiva é prejudicial para a conclusão vitoriosa de qualquer luta, os trabalhadores da Carris, a partir das primeiras concentrações, no começo de Junho, já mais deram trégua aos seus exploradores. Isto foi também decisivo para alcançar a vitória. Senão vejamos:

A 3 de Junho, pelas 17 horas, cerca de 2.000 trabalhadores indiferentes ao aparato repressivo concentraram-se em frente da administração reclamando uma revisão salarial. O administrador escapou-se mas os trabalhadores não desarmaram e voltaram com a mesma tenacidade a concentrar-se nos dias 4, 5, 6 e 7 do mesmo mês. Esta sucessão de concentrações era já reveladora duma forte disposição de luta que não podia ser iludida.

Com pequenos intervalos as concentrações massivas dos trabalhadores da Carris sucederam-se até ao fim do mês de Junho. Porém,

a combatividade dos trabalhadores não se media apenas pelo número de concentrações, mas também dos que nelas participavam. Assim, à medida que o tempo passava e a administração se recusava a atender as reivindicações apresentadas, o número de trabalhadores que participava nas concentrações ia aumentando sempre.

Absolutamente decididos a levar a luta até ao fim os trabalhadores da Carris juntaram às grandiosas concentrações as manifestações de rua. Recorrendo a mais esta importante e superior forma de luta os trabalhadores pretendiam não apenas tornar mais conhecida a sua luta, como chamar a si mais decisivamente o apoio da classe operária e da população de Lisboa, que aliás nunca lhes faltou. Assim, no dia 18, após mais uma concentração massiva os trabalhadores desfilaram pelas ruas e a seu lado têm desde logo muitos trabalhadores de outras empresas,



jovens, etc. A manifestação foi dispersa pela polícia na Av. 24 de Julho, mas os trabalhadores não se amedrontaram, nem desarmaram, e, logo no dia 19, nova concentração e nove desfile pelas ruas, desta vez disperso violentamente no Largo do Calvário. Numerosos feridos em consequência da violência policial e das mordeduras dos cães-polícias, assim como numerosas prisões, foi o balanço desta importante jornada. No entanto, nem toda esta violência impediu que logo no dia 25 se realizasse nova concentração e nova manifestação de rua.

A pretensa simpatia de Salazar e do seu governo pela causa dos trabalhadores da Carris ficou completamente desmascarada com a repressão sobre eles desencadeada em diversas ocasiões no decorrer da luta, mas em especial no dia 19 e depois na madrugada de 3 para 4 de Julho, já após a publicação do despacho que concedia o aumento dos 20\$00

e quando os trabalhadores se preparavam já para voltar ao trabalho. Apesar disto a polícia armada de metralhadoras e jeeps actuou com toda a violência, ocupando as estações, espancando os trabalhadores e uma vez mais atirando contra eles os cães-polícias, resultando daí mais feridos. Esta brutalidade policial, ordenada pelo governo, indignou profundamente os trabalhadores da Carris que, obviamente, não podem deixar de repudiar a fantochada da manifestação a Salazar, através da qual se pretendeu apagar e desvirtuar o significado político da luta, bem como os seus efeitos junto da classe operária e das massas populares. Além disso, o governo pretende misturar a sua política de subordinação aos monopólios e imperialistas, com os sentimentos patrióticos dos trabalhadores da Carris que justamente associaram a luta por melhores condições de vida, à luta contra o domínio dos imperialistas ingleses sobre os transportes colectivos da capital.

— o — o — o —

No dia 15, os trabalhadores haviam informado a administração que, se até ao dia 30 de Junho não fossem aumentados não seriam cobrados bilhetes aos passageiros a partir do dia 1 de Julho. Como este aviso não foi tido em conta, no dia 30 realizou-se uma nova concentração que foi transformada em importantíssima reunião de massas onde em definitivo foi decidida a greve. De facto, no dia 1 foi dado início à greve da cobrança dos bilhetes, à marcha lenta dos veículos, a greve de braços caídos nas oficinas, onde apenas se efectuavam os trabalhos indispensáveis para manter os veículos em funcionamento.

Na tarde do dia 1, os trabalhadores mais uma vez se concentraram em massa, melhor dito, se reuniram, para dar balanço aos resultados deste primeiro dia de greve. Esta

reunião como a do dia anterior, revelaram com toda a nitidez aquilo que constitui uma preocupação dos trabalhadores durante toda a luta, ou seja, de se manterem em constante ligação uns com os outros e decidir em cada momento de acordo com a vontade de todos. Esta justa orientação foi sem dúvida um dos factores que mais contribuiu para o fim victorioso da luta.

No dia 2 foi publicada a primeira nota do Ministro das Corporações. Esta nota entrando no vago caminho dos prometimentos e também das ameaças, representa no entanto o primeiro sinal de recuo por parte do governo que cada vez mais receava os efeitos políticos da greve e a repercussão que ela vinha tendo junto da classe operária e população de Lisboa e arredores.

O aumento de 20\$00 deve-se à luta decidida dos trabalhadores da Carris e ao receio que ela

se alargasse a outras empresas

Quando no dia 3, ao fim da tarde, saiu a segunda nota do ministério das Corporações que determinava o aumento de 20\$00 diários, o governo agiu não por ser amigo dos trabalhadores e inimigo dos monopolistas da Carris, mas porque a extraordinária combatividade dos trabalhadores em luta e o receio que esta alastrasse a outras empresas e classes profissionais a isso o obrigou. O entusiasmo que a luta da Carris estava a provocar na classe operária e nos trabalhadores da capital e arredores era enorme. Nos ferroviários, portuários, taxistas, pessoal dos transportes

colectivos suburbanos e de maneira geral em todas as empresas da região de Lisboa, a luta era discutida com entusiasmo e em ligação com os problemas de salários e outros, existentes em cada empresa e classe profissional, podendo afirmar-se que se a luta se não alargou a outras empresas isso se deve, no fundamental, às debilidades orgânicas do Partido. Até mesmo alguns agentes da PSP diziam aos trabalhadores em luta: «Nós até estamos interessados na vossa vitória, porque também estamos à espera de aumento há tanto tempo prometido».



A luta tornou-se motivo de todas as conversas. De todos os lados chegavam aos trabalhadores incitamentos para que não cedessem, para se manterem firmes até à vitória. Mas não era apenas em Lisboa que a classe operária e as massas manifestavam a sua simpatia e solidariedade para com os trabalhadores da Carris. No Baixo Ribatejo, na Margem Sul do Tejo e por muitos outros lados, a luta era conhecida e discutida com entusiasmo. Até em Matosinhos, os pescadores que também se encontravam em greve, não escondiam a sua satisfação ao saberem da luta da Carris.

Para além desta solidariedade que se transformou numa poderosa ajuda aos trabalhadores em luta, eles souberam tirar partido dum sério contradição que a sua luta fez surgir entre a administração da empresa e o governo. Os senhores ingleses, não emboando a

importância dos bilhetes, queriam paralisar os veículos. Porém, o governo, receando os efeitos que isso podia ter entre a classe operária, opunha-se terminantemente a esta pretensão, tanto mais que estava muito vivo o exemplo recente das lutas do proletariado francês.

O despacho do Ministro das Corporações, dia 3, mais não foi, portanto, que uma medida de emergência destinada a pôr fim à greve, já que esta arrastava consigo vários «perigos» que era preciso evitar. Além disso, a greve atingia igualmente em cheio, a falsa política de estabilidade social forjada pelo governo e tão largamente propagada no estrangeiro, onde a repercussão da greve e a sua originalidade haviam igualmente chegado, dando lugar, também aí, a expressivas manifestações de solidariedade aos trabalhadores da Carris.

## Há reivindicações importantes que ficaram por resolver

A vitória alcançada pelos trabalhadores da Carris, não sofre contestação, ela merece o aplauso de todos os trabalhadores. Contudo, é perfeitamente natural que eles não sintam inteiramente satisfeitos, pois que a sua luta envolveu outras reivindicações igualmente importantes que não foram atendidas. Se bem que o despacho ministerial deixe aberta a porta a negociações, estrito há de se lembrar que, regra geral, tais negociações a muito pouco de positivo podem conduzir. A cruzada corporativa e a

o serviço dos monopólios e do capitalismo, tenta por todos os meios proteger, enganar e adormecer os trabalhadores. Isto significa que só uma nova e árdua luta pode conduzir à satisfação das reivindicações que não foram satisfeitas. De resto, toda a política monopolista do governo, bem como a continuação a agravar no caso guerra nas colónias, etc., acarreta a um aumento constante do custo de vida que leva por sua vez, à rápida anulação dos aumentos alcançados.



**P** Por diversas vezes, tenho enviado ao Comité Central críticas e sugestões acerca de alguns aspectos da actividade geral do Partido e críticas à actividade do controlador da organização, a que pertenço. Fico, entretanto sem saber se as minhas opiniões chegam ao CC e se são consideradas, ou se sucede que o controlador impede que a voz da base chegue à Direcção.

**R** É direito dos membros do Partido «tratar, por intermédio do seu organismo, com os organismos superiores do Partido todas as questões que considerem de interesse para o Partido» (Art. 10, al. d), dos

Estatutos). Este direito é frequentemente exercido. O CC recebe numerosas cartas e exposições de camaradas, em que muitas vezes são desenvolvidas opiniões críticas em relação à actividade geral do Partido, de organismos de Direcção e de controladores. Que seja do conhecimento do CC, nos últimos 6 anos, só em dois casos (que foram imediatamente discutidos no plano disciplinar) controladores se atreveram a reter e a não dar seguimento a documentos e cartas de membros do Partido dirigidos aos organismos superiores do Partido.

Todas as opiniões e críticas dos membros do Partido são atentamente consideradas. No geral, elas constituem uma positiva contribuição para o trabalho de Direcção do Par-





tido, para um mais rigoroso controle de execução, para a aplicação de uma correcta política de quadros, para o melhor conhecimento da situação nos vários sectores do Partido e para a tomada de decisões correspondentes.

O CC não pode escrever individualmente a todos os membros do Partido que se dirigem directamente ao CC. Entretanto todos podem verificar muitas vezes, nos documentos da Direcção central do Partido, referências às suas opiniões e críticas, seja tomando-as em consideração, seja esclarecendo tal ou tal ponto de vista, seja dando-lhes ou negando-lhes razão. As decisões que chegam por via orgânica aos sectores respectivos também indicam como foram consideradas as opiniões e críticas dos camaradas de base.

As informações, as opiniões e as críticas de todos os membros do Partido são indispensáveis ao trabalho do CC. Normalmente o trabalho dos organismos do Partido é suficiente para que essa contribuição seja dada ao CC. Sempre, porém, que qualquer membro do Partido entenda necessário dirigir-se por escrito ao CC, tem o direito de fazê-lo, com a certeza de que o que escrever chegará ao CC e será atentamente considerado.

**P** Alguns camaradas dizem estar de acordo com o comércio entre países socialistas e países capitalistas, mas com a condição de esse comércio não dar lucro aos monopólios nem vantagens aos governos que os servem. Será justa essa opinião?

**R** Tal opinião corresponde a condenar todo o comércio dos países socialistas com os países capitalistas.

O comércio com os países capitalistas (sejam dominados por ditaduras fascistas ou reaccionárias, ou por governos democrático-burgueses), é sempre o comércio com os exploradores da classe operária e das massas populares. Se os países são capitalistas, domina neles o capital e, nos mais desenvolvidos, o capital monopolista. São os capitalistas que têm na sua mão o comércio externo.

É evidente que os capitalistas, cujo objectivo é o lucro, só estão interessados no comércio com os países socialistas desde que ele lhes dê lucros e eventualmente outras vantagens. Os países socialistas, ao comerciarem com o mundo capitalista, aceitam evidentemente que a burguesia dominante obtenha esses lucros. Quando por exemplo a União Soviética vende petróleo ou caviar, quando Cuba vende açúcar, quando a China vende faianças ou sedas, a Polónia carvão, a Checoslováquia automóveis, ou quando qualquer país socialista compra máquinas ou matérias

primas, essas e outras transacções comerciais dão inevitavelmente lucros à burguesia dominante nos países aos quais vendem ou nos quais compram.

A questão não é pois de saber se as relações comerciais dos países socialistas com os capitalistas dão lucros à burguesia que domina nestes (isso é resultado inevitável do próprio comércio), mas de saber se são ou não úteis para o processo revolucionário, as relações comerciais entre o campo socialista e os países capitalistas.

Podemos considerar os aspectos económicos e os aspectos políticos do problema.

Quanto aos aspectos económicos. Até hoje nenhum país socialista pôde dispensar o comércio com os países capitalistas.

Em primeiro lugar, a necessidade do rápido desenvolvimento económico dos países socialistas e a construção do socialismo impõem que vendam os seus produtos que excedam o consumo interno em troca daqueles de que carecem (matérias primas, máquinas, produtos industriais, etc.).

Em segundo lugar, mantendo ainda alguns países capitalistas superioridade técnica em numerosos ramos da produção, o comércio com os países capitalistas permite aos países socialistas beneficiar de uma longa experiência e duma técnica avançada e aperfeiçoar a sua própria técnica, cujo progresso, sem essa contribuição, seria extraordinariamente mais lento.

Hoje que existe um campo socialista, de que fazem parte numerosos países, o comércio e a cooperação económica e técnica entre os países socialistas permitem resolver muitas dificuldades. No total do Comércio Externo dos países socialistas, a parte respeitante ao comércio com os outros países socialistas é a mais importante, subindo a quase 70%.

Mas a parte correspondente ao comércio com os países capitalistas industrializados atinge cerca de 20%, e todos os países socialistas sem excepção fazem os possíveis por desenvolvê-lo.

Quanto aos aspectos políticos.

Desde o triunfo da primeira revolução socialista, o comércio externo com os países capitalistas não só foi considerado uma necessidade económica como um facto político de grande importância.

Em 1920, referindo a disposição de alguns países capitalistas comerciarem com a URSS, sem entretanto reconhecerem o governo soviético, Lenine reconhecia, dirigindo-se a eles: «Se vós (...) depois de ter proclamado que os bolcheviques infringem todas as leis divinas e humanas (...) declarais consentir em comerciar com eles, sem entretanto reconhecer a nossa política, isso é uma vitória para nós, que só pode impul-





sionar o movimento comunista e melhor implantá-lo nas massas populares de cada país» («Discurso na sessão solene do Soviote de Moscovo» Ob. Comp., ed. fr. vol. 30 p. 435-436).

Desde então, tanto na URSS, como nos países socialistas ultimamente formados, o comércio com os países capitalistas foi sempre considerado positivamente, tanto pelos seus aspectos económicos, como pelos seus aspectos políticos.

O imperialismo fez tudo quanto pôde para estrangul经济icamente o jovem país dos soviets e dificultar o seu desenvolvimento económico. Posteriormente, uma semelhante política foi tentada em relação a outros países socialistas. O estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas representa para o imperialismo uma efectiva derrota política, o reconhecimento da impossibilidade de sufocar economicamente tal ou tal país socialista e o campo socialista no seu conjunto, o reconhecimento dos seus êxitos históricos no domínio económico e no progresso social.

A vida internacional é cheia de contradições. Comercialmente com os países socialistas, os imperialistas obtêm lucros. Mas, ao mesmo tempo contribuem para o reforço do campo socialista — factor de capital importância para o derrocado do imperialismo à escala mundial.

Não são apenas os países socialistas, mas os trabalhadores de todo o mundo que estão interessados no rápido desenvolvimento económico dos países socialistas — bases do proletariado internacional e de todas as forças revolucionárias.

Ainda algumas palavras relativas a Portugal. O PCP tem defendido que as relações económicas com os países socialistas, assim como as relações culturais e desportivas, são vantajosas ao movimento democrático português. É o fascismo que está interessado em manter Portugal isolado do campo socialista. Como o PCP tem sublinhado, as relações comerciais com os países socialistas, assim como as relações culturais e desportivas, quebrando de certa forma tal isolamento, são favoráveis à luta do povo português pela democracia e pela verdadeira independência nacional.

Um aspecto particular se coloca nessas relações: o facto de o governo fascista estar conduzindo uma criminosa guerra colonial. Três observações queremos aqui fazer.

A primeira. Na diplomacia internacional tem-se falado no bloqueio económico de Portugal. Tal bloqueio, tendo embora um significado político positivo (sobretudo no quadro da política africana), não pode ter na actualidade eficiência prática. Se não se conseguem fazer aprovar sanções económicas, muito menos se pode pretender estabelecer um bloqueio.

A segunda. O P.C.P., tanto nos seus documentos, como nas relações fraternais que mantém com os partidos in-

ternos, tem sublinhado a importância e a necessidade de que as relações comerciais e culturais excluem o fornecimento de produtos estratégicos e outros que viam o equipamento ou a manutenção do exército colonialista. Isso é também a posição dos partidos irmãos.

A terceira. O comércio de Portugal com os países socialistas é muito reduzido. No total do comércio externo português, tanto as exportações portuguesas para os países socialistas como o que deles se importa, não chega a 2% do total.

Os países socialistas com os quais o comércio externo português atinge maior importância (embora relativamente modesta) são a Checoslováquia, Cuba, Polónia e Roménia (com qualquer deles mais de 100 mil contos). Com a URSS o comércio tem sido publicamente nulo.

É evidente que as relações comerciais são afectadas pela inexistência de relações diplomáticas. O único país socialista que actualmente tem relações diplomáticas com Portugal é Cuba. No Extremo Oriente, as autoridades salazaristas de Macau mantêm também relações regulares com as autoridades da República Popular da China. Com os restantes países socialistas não existem quaisquer relações diplomáticas.

**P.** Debate-se muito em certos meios e conhece-se de lá de que, na luta contra o imperialismo, a grande tarefa da actualidade é «criar dois, três, muitos Vietnams». Na imprensa do Partido nunca vi referência a si. Que a razão?

**R.** O Partido Comunista Português é totalmente solidário com a luta heróica do povo vietnamita, seja os termos do restabelecimento da paz no Vietnam colocados pelo Partido dos Trabalhadores do Vietnam e pelo Fronte de Libertação Nacional do Vietnam do Sul. Mas considera não ser correcta a designação usada. A tarefa é fazer frente ao imperialismo em todo o mundo com coragem e determinação, mas utilizando as formas de luta que as condições de cada país aconselhem.

Em relação à agressão do imperialismo norte-americano contra o Vietnam o objectivo é fazer cessar a agressão, obrigar os Estados Unidos a retirar as suas tropas do Vietnam, assegurar que o povo vietnamita alcance finalmente a paz e decida dos seus destinos.

Uma tal perspectiva da luta e da vitória não se pode traduzir pela consigna de «criar mais vietnams».

Lutas como a do povo vietnamita não se criam artificialmente, e o trágico fracasso da Guenora, autor da consigna que pela realização desta deu heróicamente a vida, bem mostrou. O objectivo da luta dos povos contra o imperialismo e da sua activa solidariedade para com o povo vietnamita não é «criar mais vietnams» mas pôr fim à guerra do agressor no Vietnam nos termos colocados pelos camaradas vietnamitas, e impedir que novos vietnams (isto é: novas agressões como a que os Estados Unidos lavam a cabo contra o povo vietnamita) tenham lugar.

## EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS DE DEZ MESES DE LUTA DOS PESCADORES

O primeiro grande ensinamento geral que os pescadores de Matosinhos apontam aos demais trabalhadores portugueses é o da valentia, combatividade e unidade com que ao longo destes dez meses de luta souberam enfrentar as pressões e manobras dos armadores, a acção repressiva das autoridades desde o capitão do porto à PIDE.

A notícia da sua luta provocou a admiração, a simpatia, a solidariedade no país e no

estrangeiro. Ao saudá-los, aqui, calorosamente, interpretamos o modo de sentir do proletariado português e da gente progressiva da nossa terra.

No entanto, nem sempre os pescadores puderam actuar da forma mais esclarecida, nem sempre encontraram as formas de luta mais convenientes à conquista das suas reivindicações. É isto, sobretudo, que importa analisar, porque é esta a forma de nos armarmos para as batalhas futuras.



## As quatro fases da luta

O longo ciclo de dez meses de luta pode ser dividido em quatro fases:

1.<sup>a</sup> Da resistência ao roubo do peixe, em Outubro, ao fim da safra.

Pretextando dificuldades financeiras os armadores tentam reduzir à insignificância o peixe que os pescadores recebiam de caldeirada, asseguram-se para isso do apoio das forças repressivas que passam a exercer uma apertada vigilância sobre os pescadores. Não obstante, estes continuam a trazer os seus baús cheios de peixe, o que origina cheques, prisões e espancamentos. Os pescadores mantêm-se firmes e unidos, os armadores recuam parcialmente. Indignados com a tentativa e estimulados pelo resultado da sua resistência, os pescadores passam da defensiva à ofensiva, começando a discutir as condições que irão exigir na nova safra. Divulgam-se as reivindicações: 1.000\$00 no acto da matrícula; 30\$00 diários, quer haja ou não peixe; 1.000\$00 por cada cem contos de peixe pescado; 50\$00 quando a traineira atraque fora do porto de matrícula; um baú de peixe aos sábados; 80\$00 de abono de família, durante todo o ano.

2.<sup>a</sup> — O desfecho.

Os pescadores dispersam-se pelas diferentes localidades onde residem — Matosinhos, Afurada, Esmeriz, Espinho, Ovar, Vila do Conde e Póvoa — e pelas diferentes actividades a que jogam mão — pesca do sável, estiva e construção civil. O ascenso da fase anterior quebra-se em parte e a consolidação da organização, aconselhável para este período, não chega a realizar-se de forma palpável. As reivindicações popularizam-se e são levadas a outros centros piscatórios, Aveiro e Figueira, onde os pescadores, também, recorrerão à greve, na fase seguinte.

3.<sup>a</sup> — A greve de Abril-Maio (mais de um mês de duração).

Os pescadores apresentam as suas reivindicações por intermédio duma comissão nas vésperas da nova safra. As reivindicações iniciais juntam a reivindicação de 25 pescadores por companhia, pois, os armadores manobravam no sentido de reduzir as companhias

para 20. Fazem saber que sem a satisfação das reivindicações não efectuariam a matrícula e consequentemente não sairiam para o mar. Motoristas e ajudantes de motoristas apresentam também as suas condições e lutam contra a determinação dos armadores de reduzirem de 2 para 1 os ajudantes de motorista em cada traineira. Os mestres, por sua vez, lutam pelo recebimento de «luvas» no acto da matrícula, prática tradicional que os armadores querem abolir. Por fim, os armadores fazem constar que também eles lutam pela diminuição dos impostos e pela baixa do preço dos combustíveis. Neste complexo de classes em luta as negociações arrastam-se. Os armadores regateiam cada tostão e os pescadores mantêm-se unidos, na totalidade, durante quase um mês. Finalmente, os armadores apresentam as suas condições, a grande maioria rejeita-as mas um pequeno número, ludibriado, aceita-as. Com pequenas alterações as condições dos armadores são aceites pela maioria. Os pescadores conseguem satisfação parcial da generalidade das suas reivindicações, mas perdem um aspecto importante de remuneração — o peixe. A greve termina mas o descontentamento e a luta continuam. Os pescadores fazem «cera», no mar, e recusam-se a arranjar as redes, quando em terra.

4.<sup>a</sup> — A greve de 1 e 2 de Julho.

O descontentamento dos pescadores assume a sua mais alta expressão na luta contra uma nova arbitrariedade. Desde o início da safra que os armadores não pagavam a descarga do peixe. No dia 1 de Julho cerca de 3.000 pescadores, embarcados em 150 traineiras carregadas de peixe, recusam-se a descarregá-las sem a garantia prévia do pagamento de \$50 por cabaz. Ocupam firmemente os barcos e anunciam que impedirão pela força que mais alguém os descarregue. Ao fim do dia abandonam os barcos e o peixe é lançado ao mar já podre. São presos pescadores e mestres, o que origina uma poderosa concentração de mulheres frente à sede da Pide, no Porto, que os arranca da cadeia. Os pescadores alcançam desta vez uma vitória total.

## As conquistas de Abril-Maio e a perda do peixe

Pela sua duração, mas sobretudo pelo objectivo que visava — a revisão da matrícula (contrato de trabalho) e não qualquer aspecto parcial — a greve de Abril-Maio assume uma importância especial.

Os pescadores conseguiram aumentos apreciáveis em todas as remunerações fixas:

— Caldeirada diária: 30\$00 (pela matrícula

anterior 10\$00);

— Caldeirada diária quando o barco vender fora dos portos de Leixões, Douro, Vila do Conde e Póvoa: 50\$00 (antes 20\$00);

— Subsídio quando a pesca for nula ou insuficiente para o pagamento das caldeiradas: 7\$50 (antes 5\$00 nas traineiras com alador. Quanto às percentagens pagas quinzenal-



mente e a distribuir por toda a companhia, com base no montante de peixe vendido na quinzena, depois de descontadas as caldeiradas diárias: os 7 escalões existentes foram substituídos por 3. As companhias, e portanto os pescadores, só beneficiam em marés fracas, até 30 contos, onde antes tinham 52% e passaram a ter 35%. Daí para cima são sempre prejudicados, por exemplo, no escalão de 150 contos têm agora 35%, quando antes tinham 59%.

Antes todos os pescadores estavam na mesma categoria, com uma parte cada, agora foram criadas duas categorias: 5 pescadores marinhos que recebem seis partes e 18 pescadores com uma parte cada. Se, descontadas as caldeiradas diárias, o resultado das vendas for de 100 contos, um pescador-marinho recebe 1.187\$40, enquanto um pescador recebe 985\$50. Nova tentativa para criar divisões entre a classe.

Assinala-se que as percentagens, partes e outras formas complicadas de remuneração constituem armadilhas e atapões de que o pescador acaba por sair logrado, sendo do interesse da classe uma simplificação cada vez maior do sistema de remuneração. Neste sen-

## A acção demagógica dos armadores os falsos convencimentos e ilusões dos pescadores

As condições em que decorreu a greve eram complexas, como vimos. As alegadas «dificuldades dos armadores», a acção dos mestres que visando objectivos muito próprios estavam interessados em colocar os pescadores a rebuque da sua luta, a boa fé dos pescadores em relação às «dificuldades» dos primeiros e as suas ilusões em relação ao papel dos segundos, aliado ao facto de muitos terem encontrado na construção civil remunerações razoáveis e com menor risco, tudo isto contribuiu para desorientar, confundir e paralisar os pescadores, não obstante a valentia com que racorreram à greve e a mantiveram.

Por dificuldades de organização a acção do Partido não foi suficientemente eficaz para esclerocer e vencer estas ilusões paralisantes.

a) As «dificuldades dos armadores» parece ser um facto que os encargos dos armadores sofreram certo agravamento nos últimos dois anos. As causas seriam o aumento dos impostos e dos preços dos fornecimentos à pesca, especialmente, dos combustíveis.

É também um facto que a quantidade de sardinha pescada na totalidade dos portos portugueses tem diminuído nos últimos anos. Em 1964, 109.027 T.; 1965, 94.982; 1966, 91.433; em 1967, a baixa continuou acentuada, acusando o período de Janeiro a Agosto uma diminuição de 11% em relação a igual período de 1966.

Porém, ao mesmo tempo que a tonalidade de sardinha pescada tem diminuído, o valor por que tem sido vendida

tido o aumento das remunerações fixas é um progresso muito positivo.

A nova matrícula criou o chamado prémio de produção. Este beneficia leoninamente os mestres e destina-se, certamente, a substituir as «luvas». A percentagem que cabe aos pescadores é tão insignificante que pouco deve alterar a sua remuneração total.

Os pescadores conquistaram os 80\$00 de abono de família durante o período da pesca, mas reivindicavam-nos para todo o ano.

A greve impediu que os armadores reduzissem as companhias a 20 pescadores, mas a nova matrícula prevê essa possibilidade que irá para a frente se os pescadores não estiverem vigilantes.

Onde a nova matrícula atinge profundamente os interesses dos pescadores é na retirada da caldeirada em peixe, sobretudo, porque os pescadores não alcançaram os 50\$00 diários quer haja ou não peixe e o subsídio de 1.000\$00 no início da safra. Trata-se por isso da perda de uma forma tradicional de remuneração que os pescadores muito prezam e que o aumento dos salários fixos dificilmente compensa.

tem aumentado. As 91.433 T. de sardinha pescada, em 1966 renderam aos armadores mais 54.600 contos do que as quase 95 mil toneladas pescadas em 1965. Com menos 3.500 T. de sardinha aumentaram em 20% o seu rendimento.

Fizeram-no à custa do consumidor, com as medidas que pretendem (e em alguns casos conseguem) pôr em prática, em 1967-68 — roubo do peixe aos pescadores, redução das companhias, redução dos ajudantes de motorista, rejeição das reivindicações dos empregados, tudo visando manter inslertados os seus lucros à custa dos trabalhadores do mar.

b) O papel dos mestres — Uma diferença fundamental separa a luta dos pescadores da luta dos mestres. Os primeiros lutam por centenas de escudos, pelo pão, os segundos lutam por centenas de contos, pela fortuna, lutam para serem patrões.

Isto não quer dizer que, em certos casos, os pescadores não possam tirar algum partido da luta dos mestres; podem, na verdade, mas na condição de não lhe entregarem a direcção da luta, na condição de serem eles, pescadores, a dirigir a sua luta, com comissões que elejam, apóiem e controlem, por não caírem nas armadilhas dos armadores, ameaças das autoridades, ou no hábito de obediência aos mestres.

Se estes aspectos condicionaram os pescadores no plano das ideias e das disposições, outros os condicionaram no plano da acção prática. — Passemos a eles

## As reivindicações

A boa discussão e elaboração das reivindicações desempenham um papel fundamental nas lutas populares de massas. Delas depende em grande medida o dinamismo e entusiasmo que as massas põem na luta.

Em primeiro lugar, as reivindicações devem ser estabelecidas com base numa ampla discussão democrática, só deste forma, TODOS (e cada um) as sentirá como verdadeiramente suas.

Em segundo lugar, as reivindicações devem ser claras e precisas para que a grande maioria, pelo menos, as assimile facilmente e possa controlar as comissões ou ele-

mentos destacados para fazerem a sua apresentação.

Em terceiro lugar, as reivindicações devem ser JUSTAS, isto é, devem propor soluções realizáveis.

Em quarto lugar, as reivindicações não devem ser alteradas ao sabor do capricho dos elementos de vanguarda (quer por oportunismo, quer por exaltação) sob pena de abrir um fosso entre eles e as massas, no futuro, e se desautorizarem para as lutas futuras.

Na luta dos pescadores estes princípios foram no geral respeitados, mas não o foram totalmente podendo estar aqui uma outra explicação para a débil acção das massas no de-



correr da greve de Abril-Maio. Dois exemplos: sobre a reivindicação da caldeirada diária as informações quanto à quantia exigida variavam, o que mostra que esta reivindicação tão importante não estava perfeitamente assente no espírito de todos e que não fora suficientemente discutida; a reivindicação da caldeirada diária no caso de pesca nula ou insufi-

ciente, padecia das mesmas deficiências e os pescadores deveriam investigar de onde surgiu a ideia de 15\$00 apenas. Os pescadores encontraram as suas formas próprias de discussão, mas a ausência de amplas reuniões na praia limitou, sem dúvida, a definição clara das reivindicações e a sua assimilação precisa pela grande maioria.

Uma ampla agitação que a débil organização não pode aproveitar

A divulgação das reivindicações dos pescadores e da sua luta foi feita largamente. A organização do Partido que mais de perto acompanhou a luta realizou um notável trabalho neste plano. O «Avante» dedicou à luta dos pescadores artigos de primeira página em cinco dos dez números publicados no período.

A agitação desempenhou um papel considerável no desencadeamento da greve, mas não foi nem nunca poderia ser uma alavanca eficaz para dirigi-la.

«Com um bom trabalho de agitação podem lançar-se, mas não dirigir-se grandes acções». A afirmação feita no relatório do CC ao VI Congresso, apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, aplica-se de forma justa à luta dos pescadores.

Faltaram nessa altura os núcleos organizados para larem continuidade e traduzirem em acção concreta as palavras de ordem difundidas pela agitação. Faltaram também, em certa medida, informações precisas sobre o verdadeiro estado de espírito dos pescadores e sobre as posições dos armadores e autoridades no decorrer das negociações de forma que permitissem encontrar as consignas mais capazes de fazer vibrar as massas, estimulando a sua indignação e revolta.

À medida que a greve se prolongava os problemas dos armadores, com todo o material

paralisado, agudizavam-se, é certo, mas tornava-se, também, cada vez mais difícil manter a unidade da totalidade dos pescadores. Isto porque a unidade assentava num compromisso de honra, mas não era alimentada, no dia a dia, por acções enérgicas, como amplas reuniões, concentrações massivas na Capitania, Grémio e Casa dos pescadores, que a robustecesse e cimentasse, reforçando nos pescadores a certeza na vitória, convencendo os armadores e autoridades da determinação da luta a que só uma satisfação verdadeira das reivindicações colocadas poderia pôr fim.

Apesar das deficiências registadas, a greve de Abril-Maio foi um acontecimento de grande importância tanto no nível do processo revolucionário português, como no contexto da luta concreta dos pescadores. Quanto ao primeiro, o «Avante» assinalou: «A greve dos pescadores de Matosinhos abre uma nova fase no actual ciclo de lutas por aumento de salários e contra a intensificação e refinamento da exploração dos trabalhadores». As grandes lutas que se lhe seguiram confirmam a tese do «Avante». Quanto à segunda, os pescadores não só alcançaram conquistas apreciáveis, como colheram experiência e ensinamentos de que iriam fazer uso no prosseguimento da luta.

### A grande vitória de Julho

Na preparação, no desencadeamento, na condução da greve de 1 e 2 de Julho, as deficiências verificadas em Abril-Maio foram no fundamental superadas.

Todos conheciam a reivindicação, o dia da luta, a forma de luta. Todos se compenetraram da importância de formarem uma barreira unida e sem brechas. Para isto a permanência nos barcos, a ocupação dos barcos, foi de grande importância, na própria luta a unidade se fortaleceu, dando a todos uma grande consciência de força que permitiu rechaçar as tentativas divisionistas dos armadores e as ameaças da PIDE, apoiada em grande aparato bélico.

A concentração das mulheres no cais e os seus incitamentos aos pescadores, o apoio do povo de Matosinhos e sobretudo, a poderosa

concentração das mulheres frente à sede da PIDE, no Porto, reclamando a libertação dos pescadores e mestres presos, deram mais força ainda à unidade dos pescadores e contribuíram para quebrar e paralisar a acção repressiva da Pide. Os presos foram libertados.

A greve de 1 e 2 de Julho foi uma dupla vitória: alcançou-se o objectivo da luta e venceram-se as deficiências de Abril-Maio.

A greve vitoriosa de 1 e 2 de Julho animará os pescadores no prosseguimento da luta pela reivindicação não conseguida: a caldeirada do peixe. Com amplas e boas discussões, organizando-se em cada barco e à escala da classe, os pescadores podem encontrar as formas, como em 1 e 2 de Julho, que os levarão mais uma vez a vencer.



# SOBRE A PRODUTIVIDADE E O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os ministros salazaristas e os magnates da finança e da indústria salientam continuamente nos seus discursos a necessidade de aumentar o nível da produtividade de trabalho. E não o salientam somente. Estão pondo em prática, em todos os domínios da actividade económica, medidas para alcançar tal objectivo.

O aumento da produtividade à custa do aumento da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras é uma constante do sistema capitalista que o regime fascista e os monopólios impõem no nosso País de forma mais brutal. Não se trata, como eles afirmam na sua insistente propaganda, de defender os interesses da economia nacional mas de defender os interesses monopolistas e de reforçar o seu domínio em Portugal, de permitir a crescente penetração do imperialismo estrangeiro, na conjuntura económica actual.

Ao contrário do que se passa nos países socialistas, tal aumento de produtividade não se baseia na utilização das máquinas e de todos os benefícios da ciência e da técnica de forma a permitirem a redução da jornada de trabalho e a multiplicação simultâ-

nea dos bens materiais de que deverão beneficiar todos os membros da sociedade. Não. O aumento de produtividade que os monopolistas e os seus porta-vozes salazaristas reclamam incessantemente é baseado fundamentalmente na intensificação da exploração da classe operária e de todos os trabalhadores, através da intensificação dos já elevados ritmos de trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho pela imposição de horas extraordinárias, da instauração de um sistema de fiscalização e direcção que leva os capitalistas a crescentes exigências de rendimento da produção, à determinação dos movimentos que os operários devem realizar para eliminar os gestos inúteis e limitar o tempo destinado ao fabrico de cada peça.

Este aspecto da exploração capitalista deve merecer particular atenção dos militantes comunistas, para que em cada empresa e em cada local de trabalho saibam encontrar as formas de propaganda, de organização e mobilização que lhes permitam esclarecer e orientar os trabalhadores na sua luta contra os monopólios e as refinadas formas de exploração e demagogia de que são vítimas.

## Produtividade à custa da intensidade do trabalho

Os avanços da ciência e da técnica aplicados na produção, tal como a elevação do grau de qualificação dos trabalhadores são condições indispensáveis para o aumento da produtividade. Para atender as exigências capitalistas, o governo fascista, obscurantista por natureza, tem sido forçado a tomar apressadamente algumas medidas tendentes a vencer o grande atraso em que mergulhou o País neste domínio. Com este objectivo, foi criado o chamado Instituto Nacional de Investigação Industrial. Nele funcionam cursos cuja finalidade é o conhecimento de novos métodos que proporcionem o aumento da produtividade, enquanto que, à escala nacional, são criados cursos acelerados de preparação profissional destinados à formação de quadros operários ao nível do desenvolvimento técnico, onde o Estado fascista vai gastar cerca de 800 mil contos no decurso do III Plano de Fomento.

Apesar das clamorosas deficiências existentes, tanto ao nível do desenvolvimento técnico como da preparação profissional dos trabalhadores no nosso País, um estudo oficial publicado no Boletim do Secretariado

Técnico da Presidência do Conselho apresenta os seguintes resultados: entre 1955 e 1962, em 22 países industrializados, apenas dois, a Itália e a Alemanha, tiveram taxas de produtividade iguais ou superiores à que se registou em Portugal e em 21 menos industrializados somente seis.

Não se trata de «records» da produtividade, é preciso notar. Estes números insuspeitos traduzem «records», sim, mas da mais feroz e desenfreada exploração.

A este respeito, o camarada Alvaro Cunhal esclarece no relatório «Rumo à Vitória»: «O aumento da produtividade distingue-se do aumento da intensidade, mas, de facto, é em geral acompanhado por este. Em muitos casos, os capitalistas, para esconderem a violência dos seus métodos chamam «aumento da produtividade» ao que na realidade é «aumento de intensidade». Se, por exemplo, em Tortozendo, sem qualquer mudança de máquinas ou de técnica, se obrigam os tecelões que trabalham com um tear rotativo a trabalhar com dois, isso nada tem que ver com a produtividade, mas apenas com a intensidade do trabalho. Se numa fábrica de artigos eléc-



tricos se obriga a embobinar um motor em 8 em vez das 16 horas anteriores, o mesmo se passa».

Segundo os dados fornecidos por «Rumo à Vitória», a produção por operário, entre 1949 e 1961 passou de 1,3 para 4,1 toneladas nas conservas de peixe; de 80 para 116 toneladas nos resinosos; de 4 para 8 toneladas nos vidros; de 11 para 22 milhões de hastes nos fósforos; de 293 para 610 toneladas no cimento; de 55 para 87 toneladas nos cabos e condutores eléctricos.

O ministro das Corporações salazarista afirmava não há muito (Diário Popular de 17-1-68) que de 1960 a 1966, inclusivé, a «produtividade» do trabalho aumentara em 60%, «tendo sido particularmente elevado o índice de progressão dos três últimos anos».

O acentuado aumento de «produtividade» do trabalho verificado nos últimos anos só parcialmente se pode atribuir à inovação da maquinaria, à modernização dos processos técnicos e dos meios de trabalho. Nos três anos em que, segundo aquele ministro fascista, mais aumentou a «produtividade» do trabalho, a formação bruta do capital fixo (o desenvolvimento dos meios de trabalho) processou-se a baixos ritmos, como mostram os números: em 1964, 4,5%; em 1965, 3,4%; em 1966, 1%. O aumento da «produtividade» do trabalho ficou, pois, a dever-se fundamentalmente, a uma crescente intensidade do tra-

balho, ao trabalho em ritmos mais acelerados e violentos, de que o patronato se assegura pelos sistemas de «controle», «prémios» e suas variantes; actualmente generalizados em toda a indústria. Estes sistemas sujeitam os trabalhadores a um tal desgaste físico e psíquico, que os conduz à ruína. Dado que, como veremos adiante, os salários não acompanharam o maior esforço que é exigido aos trabalhadores; dado que, como salientou o Comunicado do Comité Central, da reunião de Julho de 1967 a subida em flecha dos preços e o agravamento do processo inflacionista diminuem o poder de compra dos trabalhadores, eles não estão em condições de recompor, com uma alimentação adequada, a maior soma de energias dispendidas. O recurso às horas extraordinárias parece-lhes uma saída para esta situação e para outras necessidades que a civilização trás consigo, mas redundante, de facto, no seu agravamento. As energias suplementares, gastas pela maior intensidade de trabalho, juntam-se energias suplementares gastas pela maior duração do trabalho, com a agravante de que quanto mais o trabalho se prolonga, maior é a soma de energias dispendidas por unidade de tempo.

A ausência de condições para uma alimentação conveniente, junta-se a ausência de condições para um repouso indispensável, uma e outra acelerando o processo de incapacitação dos operários, da sua ruína física e invalidez.

## Salários sempre baixos para os trabalhadores lucros crescentes para os capitalistas

Qual tem sido o comportamento dos salários em relação a esta evolução da produtividade? A esta questão respondeu hipocritamente o referido ministro fascista na mesma altura, afirmando que de um modo geral os salários têm acompanhado a alta da produtividade e que no caso dos serviços a têm ultrapassado. Não é isto, porém o que mostram os números que conseguimos apesar do governo e o patronato manipularem as estatísticas, de forma a apresentarem percentagens de aumento de salários sempre superiores às percentagens do aumento do custo de vida, felseando e ocultando os dados que denunciam um aumento crescente da exploração dos trabalhadores.

Assim, no Projecto do III Plano de Fomento, ao estabelecer-se a evolução comparada da «produtividade» e dos salários, entre 1953 e 1964, conclui-se que enquanto a «produtividade» aumentou de cerca de 76 por cento, os salários experimentaram um aumento que não foi além de 37 por cento, com o agravante que de ano para ano a diferença entre o aumento de produtividade e os salários se foi ampliando. Um jornal diário, fazendo-se eco destes números, afirmava em 31 de Janeiro: «a comparação (dos salários) com a evolução da produtividade permite concluir que o aumento de rendimento foi beneficiar exageradamente o capital (lucros industriais, rendas de terras ou casas de habitação, etc.) em detrimento da parte que caberia aos trabalhadores pelo seu contributo para a formação do produto nacional».

Por outro lado, as próprias estatísticas oficiais informam que entre 1960 e 1963, os salários na indústria aumente-

ram apenas 5,7 por cento, de 1963 para 1964, o aumento, segundo as estatísticas, foi de 5,5 por cento. Admitindo que nos dois anos seguintes o ritmo foi idêntico ao de 1964 (ou tomando os aumentos verificados em Lisboa, ainda segundo essas estatísticas, que foram de 5,6 por cento em 1965 e 7,6 por cento em 1966) ficamos bastante longe dos 60 por cento de aumento de «produtividade» que o ministro anunciou.

Quanto aos salários agrícolas, o seu aumento, segundo as estatísticas oficiais, cifrou-se de 1960 a 1965, em 8,5 por cento para os homens e 9,9 por cento para as mulheres. Apesar dos consideráveis aumentos de 1966, em consequência da luta dos assalariados agrícolas e da falta de mão de obra em certas regiões, provocada pela emigração, êxodo para as cidades e mobilização para a guerra, estamos muito longe, também aqui, do aumento de 60 por cento da «produtividade».

Na esfera dos Serviços, apreciamos o caso do Banco Português do Atlântico de que temos números completos. Os ordenados dos empregados aumentaram cerca de 50 por cento entre 1960 e 1966, não atingindo, portanto, os 60 por cento do aumento da «produtividade». Mas note-se que no montante dos salários pagos, anunciado pelo Banco, estão incluídos os chorudos vencimentos dos administradores e directores, estes, sim, em rápida progressão. Anote-se sobretudo que, no mesmo período de 7 anos, o capital e as reservas do banco triplicaram, os lucros líquidos mais que triplicaram e os lucros líquidos duplicaram, praticamente.

É sabido que, em Portugal, os capitalistas se apropriam de 60 por cento do rendimento nacional, enquanto aos milhões de trabalhadores cabem apenas os restantes 40 por cento. Estes números traduzem a exploração brutal a que estão submetidos os trabalhadores portugueses. A escala da Europa só a atrasada Turquia apresenta uma situação mais grave.



A desproporcionada repartição do rendimento nacional é ainda mais denunciadora quando se observa separadamente a repartição do rendimento da agricultura e da indústria, já que nas esferas dos serviços, onde ainda por cima se costuma incluir as profissões liberais, a repartição é um pouco menos brutal.

Em 1962, 73 por cento do rendimento agrícola foi para os capitalistas e proprietários e só 27 por cento para os trabalhadores da campo. Na indústria, os números de 1960 mostram que enquanto os capitalistas se apressam de 65 por cento do rendimento, os operários e empregados receberam em salários apenas os 35 por cento restantes. Que a tendência à para o agravamento da situação dos trabalhadores prova o seguinte exemplo: Em 1960, isto é, 10 anos antes, os operários e empregados industriais cabia uma percentagem superior do rendimento industrial, ou seja 38 por cento.

Na medida em que o aumento de salários não acompanha o crescimento da produtividade do trabalho (e é o que tem sucedido como já mostrámos) a situação económica vai-se agravando de forma que os trabalhadores são, relativamente à riqueza nacional, cada vez mais pobres, enquanto os capitalistas são, relativamente à riqueza nacional, cada vez mais ricos.

É, pois, visando uma crescente acumulação de lucros, em detrimento dos interesses vitais da classe operária, das massas trabalhadoras que os capitalistas vêm insistindo pelo aumento da produtividade.

«É evidente — pode ler-se ainda no «Rumo à Vitória» — que, se, no mesmo tempo de trabalho, o operário produz mais que anteriormente, também em menos tempo produz o valor equivalente ao salário que recebe. Isto é: se aumenta a produtividade do trabalho, diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta a parte da jornada em que o operário produz gratuitamente para o patrão, ou seja, o trabalho suplementar. Esse é o objectivo principal do capitalista ao procurar aumentar a produtividade do trabalho através das «campanhas de produtividade» e da «racionalização».

Um tal processo de exploração determina uma crescente acumulação da riqueza, ao mesmo tempo que reforça a política de concentração capitalista em todos os domínios da vida económica e agudiza as contradições entre o capital e o trabalho, criando as condições revolucionárias para a liquidação do poder dos monopólios e do estado fascista.

## A acção esclarecedora e de mobilização dos militantes comunistas

A aplicação de novos processos de trabalho, a substituição do trabalho diário normal pelo trabalho à peça, o alongamento da jornada de trabalho pelo recurso às horas extraordinárias, as várias modalidades de que se reveste a acção do patronato para atrair os operários a ritmos acelerados de produção, com a instituição de «prémios» e com uma demagogia social que procura confundir os trabalhadores e apagar neles a consciência de classe, todo este aspecto multifórmico de que se reveste a exploração capitalista requer, da parte dos militantes comunistas uma actividade de esclarecimento sistemático junto da classe operária, nas empresas e noutros locais de trabalho, para que se não deixem envolver nas malhas da propaganda capitalista e não aceitem sem resistência e sem luta organizada, as formas de exploração que lhes são impostas.

As lutas dos operários da CUF por aumento de salários e contra a aplicação do «mérito» e outras formas de intensificação da produtividade; as lutas dos operários da LISNAVE contra o trabalho à ficha e as horas extraordinárias, contra a redução do tempo destinado ao almoço e contra o desnível de salários provocado pela concessão de «prémios»; a luta dos operários têxteis contra os ritmos infernais de produção e por aumento de salários, são uma prova entre outras de que os trabalhadores ganham consciência da nova situação criada pela intensificação da exploração capitalista e lutam contra ela, colocando na ordem do dia o aumento de salário e a satisfação de reivindicações imediatas.

Os trabalhadores sentem na própria carne os resultados da presente conjuntura. Mas é

dever do Partido do proletariado, é dever de cada militante comunista, explicar em termos precisos e simples a engrenagem da exploração capitalista, que envolve e suga os trabalhadores sob formas mais refinadas e subtis. É dever de cada militante comunista dizer aos trabalhadores que ganham menos hoje, relativamente ao que produzem, do que ganhavam há sete ou dez anos, relativamente ao que produzem; dizer-lhes que o aumento da riqueza nacional se deve fundamentalmente ao seu esforço e não às máquinas dos capitalistas; dizer-lhes que os seus salários poderão e deverão ser consideravelmente aumentados desde que se unam, organizem e lutem, porque o produto do seu trabalho aumentou, porque os lucros dos capitalistas cresceram.

Um esforço constante de organização, uma actividade dia a dia reforçada pelo conhecimento dos problemas mais prementes dos trabalhadores e orientada para as pequenas e as grandes lutas reivindicativas da classe operária; o estreitamento dos laços que devem unir os comunistas às massas sem partido; a auscultação do estado de espírito das massas e a capacidade para transformar em luta organizada e corajosa os motivos de descontentamento dos trabalhadores darão aos comunistas, nos locais de trabalho, as condições precisas para cumprir a sua função de militantes de vanguarda, para elevar o nível das lutas reivindicativas e transformar num poderoso caudal revolucionário os motivos de descontentamento e de revolta que germinam e se multiplicam em grau crescente entre as massas trabalhadoras da cidade e do campo,